

Corpos invisíveis e corpos intangíveis: a solução de Leibniz para o problema de Molyneux²

C'est un grand montage baroque que Leibniz opère, entre l'étage d'en bas percé de fenêtres, et l'étage d'en haut, aveugle et clos, mais en revanche résonnant, comme un salon musical qui traduirait en sons les mouvements visibles d'en bas. On objectera que ce texte n'exprime pas la pensée de Leibniz, mais le maximum de sa conciliation possible avec celle de Locke. Il n'en forme pas moins une façon de représenter ce que Leibniz affirmera toujours, une correspondance et même une communication entre les deux étages, entre les deux labyrinthes... (Gilles Deleuze, *Le pli: Leibniz et le baroque*, p. 6.)

Resumo

Em seu *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, Leibniz apresenta sua solução para o famoso problema de Molyneux, reproduzido por Locke na segunda edição de seu *Ensaio*. À primeira vista, a solução de Leibniz parece não respeitar os termos iniciais do problema, o que o levaria a cometer uma petição de princípio. Entretanto, a interpretação correta do modo como Locke entendeu a questão – interpretação essa que difere das adotadas por uma boa parte de seus comentadores – mostrará não só que Leibniz compartilhava com Locke essa compreensão de seu significado, mas também que ela elimina as aparentes inconsistências de sua própria resposta.

Palavras-chave: Leibniz, Locke, problema de Molyneux, sensação, razão.

Abstract

In his *New essays on human understanding*, Leibniz presents his solution to the well-known Molyneux's problem, reproduced by Locke in the second edition of his *Essay*. At first

1 PPGLM, UFRJ.

2 Este texto foi escrito graças ao apoio do CNPq, através da concessão de bolsa de produtividade em pesquisa.

sight, Leibniz's solution does not seem to be faithful to the original formulation of the problem, leading to a *petitio principii*. Nevertheless, the correct interpretation of the way Locke understood the question – an interpretation that is distinct from the ones adopted by many of its commentators – will show not only that Leibniz agreed with Locke about its meaning, but also that it eliminates the seeming inconsistencies of his own answer.

Keywords: Leibniz, Locke, Molyneux's problem, sensation, reason.

A formulação do problema de Molyneux

Na segunda edição de seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, publicada em 1694, Locke introduz, no capítulo 9 do Livro 2, que tem por tema a natureza da percepção, um problema que lhe fora proposto cerca de dois anos antes por seu correspondente William Molyneux, autor da *Dioptrica nova*. Na verdade, essa é a segunda ocasião em que Molyneux propõe esse mesmo problema para Locke, pois ele já enviara, em carta datada de 7 de julho de 1688, uma outra versão dele, sem aparentemente obter nenhuma resposta. Eis como Molyneux formula essa segunda versão de seu famoso problema:

Suponhamos um homem cego de nascença, agora adulto, e que foi ensinado por seu tato a distinguir entre um cubo e uma esfera, do mesmo metal e aproximadamente do mesmo tamanho, de tal modo que possa, tocando num e noutra, dizer qual é o cubo e qual é a esfera. Suponhamos então que o cubo e a esfera estão colocados sobre uma mesa, e que ao cego é dada a visão. *Quaere*, se por sua visão, antes de os ter tocado, ele poderia agora distingui-los e dizer qual é a esfera e qual é o cubo.³

Como se sabe, a resposta que o próprio Molyneux dá a sua questão, reproduzida por Locke logo em seguida no mesmo trecho do *Ensaio*, é:

Não. Porque, embora ele tenha obtido a experiência de como uma esfera e um cubo afetam seu tato, não teve, porém, ainda a experiência de que o que afeta seu tato

3 *An essay concerning human understanding* (daqui em diante citado como *Essay*), 2.9.8. As referências ao *Ensaio* de Locke são retiradas da edição de P.H. Nidditch (ver nas referências bibliográficas abaixo), mencionando o livro (em números romanos maiúsculos), o capítulo (em números romanos minúsculos) e a seção (em números arábicos). Quando mencionados no corpo do texto, os números dos capítulos serão escritos em arábicos. Consulto, para as traduções propostas, a tradução portuguesa coordenada por Eduardo Abranches de Soveral (ver bibliografia abaixo), embora não a siga em todos os casos.

desta ou daquela maneira deva afetar sua visão desta ou daquela maneira; ou de que um ângulo protuberante no cubo, que pressionava sua mão de forma desigual, deva aparecer a seus olhos tal como aparece no cubo.⁴

Locke concorda com a resposta negativa dada por Molyneux. Devemos recordar que o problema de Molyneux é inserido por Locke em uma seção do capítulo 9 já publicada na primeira edição do Ensaio, a seção 8, que trata de mostrar que muitos pensamentos que tomamos, na idade adulta, como exprimindo informações dadas diretamente pelas *percepções* sensíveis são na verdade *juízos* implícitos, dos quais não temos consciência clara porque se tornaram como que incorporados às próprias sensações pelo hábito. Esses juízos expressariam a conjunção constante, constatada na experiência, entre informações visuais e táteis, o que seria suficiente para fundamentar a resposta negativa à questão proposta. Não haveria nenhuma conexão necessária entre tais percepções, de tal modo que seria possível supor, até que a experiência mostrasse ou estabelecesse o contrário, que o *cubo tátil* corresponde à (é o mesmo objeto que a) *esfera visual*.

A resposta de Leibniz

Os *Novos ensaios* de Leibniz são um comentário ponto a ponto das teses de Locke expostas no *Ensaio*. Mas é preciso admitir que os argumentos aí apresentados são muitas vezes elípticos: Leibniz limita-se frequentemente a indicar de modo breve teses e raciocínios que se encontram em outras partes de sua obra. Também em sua resposta ao problema de Molyneux, Leibniz procede do mesmo modo. O fundamento de sua resposta é sua adesão ao inatismo. De fato, a resposta negativa está diretamente conectada à recusa de noções e faculdades inatas. Não é surpreendente, portanto, dada a polêmica sobre o inatismo travada com Locke no Livro 1 de seus *Novos ensaios*, que Leibniz desse uma resposta afirmativa à questão de Molyneux. Leibniz chama a atenção, porém, para o fato de que sua resposta só é afirmativa se supusermos que a questão contém uma condição, a saber, que o cego de Molyneux seja informado de que as duas figuras que ele vê são a esfera e o cubo, e que se trate somente de distinguir um do outro. Nesse caso, a resposta seria afirmativa, porque “na esfera não há pontos distintos na própria esfera, tudo estando unido e sem ângulos, enquanto que no cubo há oito pontos distintos uns

⁴ *Essay*, 2.9.8.

dos outros”.⁵ Leibniz concede que, se a questão fosse entendida sem a condição enunciada por ele, o homem que adquiriu a visão não poderia saber se “essas espécies de pinturas que ele faz no fundo de seus olhos, e que poderiam vir de uma pintura plana sobre a mesa, representam corpos” – pelo menos, não até que

o tato o tenha convencido disso, ou que, à força de raciocinar sobre os raios segundo a ótica, ele tenha compreendido pelas luzes e sombras que há uma coisa que detém esses raios, e que ela deve ser justamente o que lhe impede o tato: ao que ele chegará enfim quando vir rolar esta esfera e este cubo, e mudar sombras e aparências segundo o movimento, ou mesmo quando, esses dois corpos permanecendo em repouso, a luz que os ilumina mudar de lugar, ou que seus olhos mudem de situação. Pois são esses aproximadamente os meios de que dispomos para discernir de longe um quadro ou uma perspectiva, que representa um corpo, do corpo verdadeiro.⁶

A resposta de Leibniz é, à primeira vista, um exemplo daquelas passagens elípticas dos *Novos ensaios*, pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, seu comentário não parece ser exato, pois, apesar de sua resposta ser afirmativa e a resposta de Locke – Molyneux, negativa, Leibniz diz que sua posição não é tão diferente da dos outros dois quanto poderia parecer; ora, aparentemente não há um meio termo nesse caso, pois se trata simplesmente de teses contrárias, que reproduzem a oposição mais geral entre uma explicação empirista e uma explicação inatista para a aquisição e a formação de conceitos. Em segundo lugar, a resposta de Leibniz parece envolver uma petição de princípio: a questão proposta por Molyneux é um experimento mental que pretende simular, em última análise, a situação real de aprendizado. Ora, a tese de Molyneux é a de que a correlação entre os sentidos diversos é dada pela experiência e, particularmente, que a visão não nos dá o conceito de profundidade dos objetos. Logo, supor (como o faz a condição enunciada por Leibniz) que o cego que recém adquiriu a visão saiba que a informação visual se refere a objetos tridimensionais (e, mais especificamente, a um objeto cúbico e a um objeto esférico) parece ser equivalente à tese de que a visão nos dá o conceito de profundidade mesmo quando não a correlacionamos com as informações táteis, o que provavelmente seria justificado pela tese segundo a qual os conceitos de figuras tridimensionais são independentes das

5 *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (daqui em diante citado como *NE*), 2.9.8. As referências aos *Novos ensaios* mencionam o livro (em números romanos maiúsculos), o capítulo (em números romanos maiúsculos) e a seção (em números arábicos).

6 *NE*, 2.9.8.

modalidades sensíveis através das quais são adquiridos.⁷ Finalmente, em terceiro lugar, a resposta de Leibniz parece conter um erro evidente no que se refere à informação dada pela visão (embora possa se tratar apenas de um lapso de escrita): no trecho citado acima, ele afirma que, no cubo visual, há “oito pontos distintos uns dos outros”; ora, justamente não é o caso que o cubo visual apresente seus oito pontos simultaneamente: quando vejo um cubo, vejo quatro, seis ou sete de seus ângulos, mas não os oito.⁸

O próprio Leibniz hesita inicialmente em dar uma resposta determinada para o problema de Molyneux. Para mostrar que essa hesitação não se traduz, na seqüência do texto, em uma tese confusa e que a resposta afirmativa de Leibniz contém na verdade uma solução defensável, dois pontos precisam ser elucidados: em primeiro lugar, é preciso interpretar o problema de Molyneux de forma a tornar patente a formulação precisa da questão tal como foi entendida por Locke (embora talvez não pelo próprio Molyneux), mostrando também que ela coincide em muitos pontos com a compreensão de Leibniz. Em segundo lugar, deve ficar claro que a resposta de Leibniz só pode ser compreendida tendo como pano de fundo a divergência mais fundamental entre seu idealismo e o realismo moderado⁹ de Locke relativamente à existência de corpos. Nesse contexto, veremos que a aparente ambiguidade presente na resposta de Leibniz consiste em sua admissão de um ponto essencial da resposta negativa dada por Locke, a saber, a tese de que a evidência para a associação entre modalidades sensíveis não pode prescindir, em algum momento de sua explicitação completa, da referência a um fundamento empírico. Leibniz, mesmo concedendo esse ponto a Locke, parece ainda ter razões para defender sem petição de princípio sua resposta afirmativa.

Interpretação do significado do problema de Molyneux no *Ensaio*

Antes de propor uma interpretação para a resposta de Leibniz, é preciso, pois, reexaminar a formulação do problema de Molyneux, de modo a entender preci-

7 Cf. sobre esse ponto Evans 1985: 380.

8 A não ser que supuséssemos situações especiais, como a visão de um cubo transparente. Mas é evidente que não é a essas situações que Leibniz se refere.

9 Esse realismo pode ser dito “moderado” ao menos em relação a sua dimensão epistêmica, uma vez que Locke nega que possamos representar a essência das substâncias (materiais ou espirituais), ainda que possamos representar adequadamente suas qualidades primárias e até mesmo suas qualidades secundárias. Cf. James Hill 2004: 629: a explicação completa da extensão corporal é inacessível para nós, embora as ideias de qualidades primárias representem adequadamente a realidade.

samente seu significado. Notemos, primeiramente, que o experimento mental de Molyneux utiliza as idéias de corpos sólidos, descritos a partir de suas figuras (o cubo e a esfera). Antes de falarmos sobre os corpos, abordemos brevemente, pois, a maneira como foram descritos, isto é, suas figuras, uma vez que são a percepção e o conceito das figuras que desempenham um papel central na resposta de Locke. Figuras são, no *Ensaio*, classificadas como os objetos das ideias complexas de modos simples. Ideias complexas envolvem a atividade da mente em sua formação, conjugando entre si ideias simples recebidas passivamente pela percepção ou pela reflexão.¹⁰ Um modo simples, por sua vez, é o objeto de uma ideia complexa formada pela combinação de ideias simples homogêneas, isto é, pela combinação de uma só e mesma idéia simples repetida, gerando combinações de elementos qualitativamente idênticos. No caso das figuras, a ideia simples repetida e combinada é a ideia sensível do espaço. O espaço é o objeto de uma ideia comum ao tato e à visão, e pode ser considerado tanto como distância indeterminada quanto como extensão indeterminada; as distâncias e extensões determinadas, por sua vez, são os modos simples mais diretamente deriváveis da ideia de espaço. As figuras, finalmente, quer sejam dadas pelo tato ou pela visão, são modos simples derivados da repetição e combinação de distâncias e extensões determinadas.¹¹

Modos em geral, quer sejam simples ou complexos, são afecções de substâncias, cujas ideias não incluem necessariamente, portanto, a suposição de que seus objetos tenham uma existência autônoma.¹² No caso em questão, as figuras são afecções dos corpos sólidos (na formulação do problema citada acima, “um cubo e uma esfera, do mesmo metal”); a solidez, por sua vez, é o objeto de uma ideia simples dada exclusivamente pelo tato,¹³ e é o que nos permite inferir mais diretamente a substancialidade dos corpos.¹⁴ A tese do capítulo 4 do *Ensaio* segundo a qual a solidez (e, portanto, a propriedade mais diretamente ligada à substancialidade dos corpos) é apreendida exclusivamente pelo tato, está conectada a uma outra tese de Locke segundo a qual a ideia simples de espaço é *concebida independentemente* da ideia de corpo sólido e é uma *ideia comum* ao tato e à visão. Antes de expor o

10 *Essay*, 2.12.1.

11 *Essay*, 2.13. Cf. Waxman 2005: 155.

12 *Essay*, 2.12.4.

13 *Essay*, 2.4 e 2.13.11-14 e 23-26.

14 Cf. *Essay*, 2.4.2: “The *Idea* of which filling of space, is, That where we imagine any space taken up by a solid Substance, we conceive it so to possess it, that it excludes all other solid Substances [...]”. A noção de substância material é, como se sabe, confusa: “The substance of Spirit is Unknown to us, and so is the substance of Body, equally unknown to us: Two primary Qualities, or Properties of Body, viz. solid coherent parts, and impulse, we have distinct clear Ideas of [...]” (2.23.30).

modo como as teses do capítulo 4 iluminam o problema de Molyneux, porém, é preciso filiar esse problema a outro capítulo do *Ensaio*, anterior à sua formulação no capítulo 9, a saber: o capítulo 8, no qual Locke expõe sua famosa teoria sobre as qualidades primárias e secundárias.

Qualidades primárias são, segundo Locke, propriedades inseparáveis dos corpos,¹⁵ tais que eles seriam impensáveis sem tais propriedades. A lista finita de qualidades primárias é composta dos seguintes itens: solidez, extensão (ou espaço), figura, movimento ou repouso e número. As qualidades secundárias, por sua vez, pertencem a uma lista infinita, ou pelo menos não enumerável exaustivamente pela mente humana, pois ela é composta pelos objetos de todas as ideias simples de sensação adquiridas passivamente pela percepção, tais como cores, sabores, odores, etc.¹⁶ Qualidades secundárias não são propriedades que existem nos objetos em si mesmos tais como elas aparecem para a mente de quem as percebe, sendo antes reduzidas a poderes causais explicados pelas qualidades primárias dos objetos (a saber, pela sua configuração extensa, pelo movimento de suas partes, etc., encontrados em sua estrutura microscópica). Isso significa que as ideias de qualidades secundárias não são semelhantes a suas causas. Ora, dado que as qualidades primárias são as únicas propriedades da natureza que fornecem condições necessárias e suficientes para explicar causalmente (mecanicamente) o surgimento tanto das ideias das próprias qualidades primárias quanto das ideias das qualidades secundárias, segue-se daí que as ideias de qualidades primárias são as únicas que são semelhantes a suas causas, uma vez que nada além das qualidades representadas por essas ideias está presente nas causas das ideias sensíveis.¹⁷

Dada a distinção entre qualidades primárias e secundárias, exposta no capítulo 8, e dada a distinção entre os conceitos de espaço e de corpo, introduzida no capítulo 4, podemos entender o modo como Locke compreendeu a questão de Molyneux no capítulo 9. Geralmente, os comentaristas interpretam a resposta negativa de Locke partindo da premissa de que ela está fundamentada na tese segundo a qual é impossível conectar de modo *a priori* uma percepção tridimensional do espaço, dada pelo tato, a uma percepção bidimensional desse mesmo espaço, dada pela visão – e, de fato, há numerosas passagens do *Ensaio* que parecem à primeira vista corroborar essa leitura geralmente aceita. No entanto,

15 Sobre o uso do termo “qualidades primárias” aplicado aos espíritos, ver a seqüência do texto citado na nota anterior (*Essay*, 2.23.30). Deve-se notar que tanto as qualidades primárias quanto as secundárias são explicadas pela noção de poder (*Essay*, 2.8.8).

16 *Essay*, 2.3.2.

17 *Essay*, 2.8.9. Cf. Waxman 2005: 151.

não creio que possamos aceitar essa interpretação, pois o espaço é para Locke, como vimos, um sensível comum ao tato e à visão. Ora, partindo da teoria das qualidades primárias, devemos explicar a tese de que o espaço é um sensível comum *porque* seu objeto é comum ao tato e à visão (isto é, há um só e mesmo espaço que causa sua representação adequada na percepção); daí se segue que não podemos atribuir propriedades diferentes à representação visual e tátil do espaço. É preciso entender bem esse ponto: do simples fato de que as ideias visuais e táteis do espaço são semelhantes a sua causa não se segue imediatamente que todas as propriedades espaciais representadas pelo tato devem ser representadas pela visão, mas apenas a tese mais fraca segundo a qual nenhuma propriedade representada por uma das modalidades sensíveis pode ser negada por outra.¹⁸ Porém, da tese segundo a qual a ideia de espaço é semelhante a seu objeto, conjugada à tese de que essa ideia é simples, segue-se que tudo o que é representado por uma modalidade sensível o é igualmente por qualquer outra. Ao contrário do que propõem as interpretações tradicionais, a qualidade primária do espaço tátil é, portanto, inteiramente representada pelo espaço visual, o que inclui a sua tridimensionalidade; aqui, como em outros pontos, a leitura que Berkeley fez de Locke talvez tenha sido projetada pelos comentadores, sem o devido cuidado, na teoria deste último.¹⁹ De fato, não há nenhuma passagem do *Ensaio* na qual seja afirmado que o espaço percebido pela visão é bidimensional, e há inúmeras passagens, ao contrário, nas quais é afirmado que o espaço é uma ideia comum ao tato e à visão.

Já a ideia de corpo sólido, ao contrário, é dada apenas pelo tato, através da qualidade primária da figura representada pela sensação da solidez.²⁰ Os objetos que ocupam o espaço visual tridimensional são insuficientes para significar a tridimensionalidade dos corpos; de fato, na visão, o equivalente da solidez percebida pelo tato é o conjunto das variações de cores, luzes e sombras percebidas

18 Ou seja, negada de tal forma que uma modalidade sensível não poderia ser pensada como possuindo tal propriedade; é claro que uma propriedade pode ser negada em um sentido mais fraco, a saber: é possível excluir, por abstração, a profundidade do espaço de tal forma que podemos pensar, por exemplo, em um espaço visual bidimensional.

19 Muitos comentadores que adotam o que chamo aqui de “interpretação tradicional” reconhecem essa dificuldade – cf., entre outros, Wayne Waxman (2005) e Laura Berchielli (2003).

20 É interessante notar como o capítulo 4 do Livro 2 quebra a exposição classificatória sobre a origem das ideias simples, passando a tematizar uma qualidade primária em particular, para logo em seguida retomar a ordem expositiva. A explicação para essa quebra da ordem natural de exposição é, provavelmente, a centralidade da noção de corpo para o desenvolvimento de pontos importantes da teoria – como, por exemplo, a distinção entre qualidades primárias e secundárias.

no espaço, ou seja, é um conjunto de ideias de qualidades secundárias. Aqui chegamos ao cerne da dificuldade ilustrada pelo exemplo do cego que adquiriu repentinamente a visão: o verdadeiro problema de Molyneux, ao menos para Locke, deve ser formulado a partir da constatação de uma incomensurabilidade radical entre a qualidade primária dada pela solidez no tato e as variações nas qualidades secundárias que formam os objetos próprios da visão. O cego que adquiriu a visão é capaz de perceber o espaço tridimensional, mas não pode, com base nas informações dadas pelas cores e sombras que vê, discriminar e identificar corpos tridimensionais. A conexão entre qualidades primárias e secundárias é por definição inteiramente contingente, e não há nenhum raciocínio *a priori* capaz de estabelecer uma ligação necessária entre elas. A visão representa figuras coloridas em um espaço tridimensional – apenas as cores dos objetos, isto é, suas qualidades secundárias, dariam informações visuais indiretas sobre sua profundidade, permitindo assim, através de sua associação com o tato, que um juízo sobre os dados visuais verse sobre a figura tridimensional dos corpos sólidos.

O pressuposto dessa tese é que as ideias de espaço e de solidez são distintas, de tal forma que a ideia de corpo é a ideia, dada pelo tato, de uma impenetrabilidade que preenche um espaço. Podemos imaginar que um corpo se move e desocupa seu lugar inicial (o que, para não pressupor uma posição sobre a existência do vácuo, deve ser ao menos pensado como possível, isto é, como imaginável, se é que a questão tem sentido²¹), mas o espaço vazio que permanece não deixa de ter as propriedades das três dimensões. Provavelmente, a percepção de figuras tridimensionais no espaço é formada primeiramente a partir da percepção de figuras dos corpos sólidos (afinal, “Não há nenhuma idéia que recebamos mais constantemente da sensação que a solidez”²²), mas isso não faz com que esta última deixe de ser uma ideia distinta da ideia de espaço. A ideia de espaço tridimensional acompanha, portanto, toda ideia de corpo sólido, e é pensada através dela, mas é distinta dela. Elas são ideias distintas porque têm propriedades diferentes – por exemplo, a ideia de espaço apresenta para a mente uma quantidade infinita, ilimitada em todas as direções, enquanto a ideia de corpo sólido representa uma entidade finitamente determinada no espaço.

Ora, a resposta final de Locke afirma precisamente isto: que a visão, além de fornecer a nossa mente as ideias de luz e cor, fornece também as “ideias muito diferentes de espaço, figura e movimento, cujas diversas variedades mudam as

21 Cf. *Essay*, 2.4.3.

22 *Essay*, 2.4.1.

aparências de seu objeto próprio, *viz.* luz e cores”, razão pela qual “nós nos levamos pelo hábito a julgar uma pelas outras.²³ Ou seja, o cego que recuperou a visão não pode saber como as mudanças de figuras *que são afecções de substâncias sólidas* alteram as cores – e isso afeta, em última análise, seu julgamento sobre os corpos descritos a partir de suas figuras: ele não sabe mais dizer se se trata de um cubo, porque, afinal de contas, ele não sabe, entre outras coisas, nem ao menos se os objetos que tem diante de si são bi – ou tridimensionais.²⁴ Como a percepção das cores é uma condição necessária e suficiente para a percepção da bidimensionalidade,²⁵ creio que a tese de Locke aqui deve ser entendida em sua versão forte: a percepção de objetos coloridos faz com que todas as figuras apareçam como bidimensionais. Quando colocamos um globo de cor uniforme diante de nossos olhos, a ideia que a mente recebe “é a de um círculo plano diversamente sombreado, com vários graus de luz e brilho chegando a nossos olhos”.²⁶ Ou seja, porque *não sabemos* se a cor 1 deve ser colocada na frente ou atrás da cor 2, tudo o que *vemos imediatamente*, a rigor, é apenas uma variedade de cores ocupando bidimensionalmente um espaço tridimensional (podemos imaginar que a figura bidimensional se encontra a uma certa distância de nossos olhos, embora não tenhamos como determinar exatamente essa distância, por falta

23 *Essay*, 2.9.9. Deve-se notar, porém, que Locke não menciona nesse trecho a ideia de solidez, mas apenas as ideias de espaço, figura e movimento, o que aparentemente contraria a interpretação proposta acima. É possível, porém, manter essa interpretação se admitirmos que o propósito desse trecho é opor qualidades secundárias a primárias, e se nos recordarmos que as figuras são tomadas, desde o início da formulação do problema de Molyneux, como afecções de corpos sólidos.

24 Apesar de aceitar em parte a interpretação de Laura Berchielli (2002) sobre esse ponto, não aceito sua conclusão a respeito da possibilidade de a visão nos dar acesso direto à tridimensionalidade dos corpos. Cf. p. 53: “I believe Locke considers it possible for sight to receive ideas of three dimensional shapes without having recourse to a judgement”; p. 54: “The Molyneux question would then be placed in a context that, originally, has nothing to do with the connection between the different senses”; e também p. 56: “For Locke, sight (‘the eye’) receives the ideas of figures from bodies and space”. Segundo Berchielli, a questão de Molyneux tem um escopo muito mais restrito do que geralmente se pensa: ela se limita a apontar para uma certa incomensurabilidade entre a percepção dos objetos próprios da visão e as qualidades primárias dos corpos. Na minha interpretação, essa incomensurabilidade mostra, justamente ao contrário, uma primazia do tato sobre a visão na percepção da tridimensionalidade dos corpos, de tal forma que a questão de Molyneux volta a ser interpretada, em linhas gerais, como ela o é usualmente, a saber: como uma questão que diz respeito à conexão entre modalidades sensíveis distintas.

25 Cf. *Essay*, 2.13.2: ao tratar da ideia simples de espaço, Locke nota que “obtemos a ideia de espaço tanto da nossa visão quanto do nosso tato”, concluindo daí que é “evidente” que os homens percebem, “por sua visão, uma distância entre corpos de cores diferentes, ou entre as partes do mesmo corpo, uma vez que eles vêem as próprias cores”.

26 *Essay*, 2.9.8.

de pontos de referência²⁷). Nesse sentido, a ausência da ideia de solidez causa, na visão, a conseqüente ausência da ideia de profundidade – tudo de que a visão dispõe é da ideia de profundidade no espaço puro.

Uma das vantagens dessa interpretação é que ela pode evitar uma objeção clássica feita contra a resposta de Locke para o problema de Molyneux, formulada já desde o século XVIII por Berkeley, a saber: se a figura é uma qualidade primária representada adequadamente pela ideia causada por ela, e se o cubo é uma figura percebida tanto por uma ideia da visão quanto por uma ideia do tato, então se segue que, porque a causa de ambas as ideias é a mesma, trata-se na verdade de uma só e mesma ideia – ou seja, dada sua teoria das qualidades primárias, Locke não poderia ter respondido negativamente à questão de Molyneux, mas teria de sustentar, ao contrário, uma resposta afirmativa.²⁸ Na interpretação proposta por mim, a visão representaria figuras bidimensionais em um espaço tridimensional – apenas as cores dos objetos, isto é, suas qualidades secundárias, dariam informações visuais indiretas sobre a profundidade, permitindo assim, através de sua associação com o tato, que um juízo sobre os dados visuais verse sobre a profundidade. Justamente porque as cores são qualidades secundárias, não podemos conhecer através delas as propriedades das coisas sólidas tais como elas são em si mesmas, o que só pode ser dado pela qualidade primária da solidez representada pelo tato.

A resposta afirmativa de Leibniz para o problema de Molyneux

Que esse era o modo como Leibniz compreendeu o problema e a resposta de Locke, bem como a base da qual partiu, pelo menos em parte, para elaborar sua própria resposta afirmativa, ficará evidente pelo exame desta última. Vista a partir desse ângulo, a resposta de Leibniz deixa de ser pouco clara, e passa a poder ser compreendida como uma alternativa coerente e, além disso, em muitos pontos similar, à resposta empirista. Para mostrar isso, partamos de um breve exame do

27 Cf. a primeira formulação do problema feita por Molyneux, na carta dirigida a Locke (e que permaneceu sem resposta) datada de 7 de julho de 1688 (Locke (1976-1990), vol. 3, n° 1064).

28 Essa objeção de Berkeley é comentada por Martha Bolton (1994: 79). A interpretação de Bolton para o modo como Locke poderia evitar essa objeção, porém, é mais radical do que a minha interpretação, na medida em que ela nega que possamos discriminar figuras pela visão – segundo ela, os únicos objetos da visão são seus objetos próprios, isto é, as cores e luzes. Não poderei refutar essa tese aqui, mas me parece que ela não tem bases textuais suficientes, pois Locke afirma diversas vezes que a visão discrimina figuras – segundo minha interpretação, figuras bidimensionais. Para uma crítica a esse ponto do artigo de Bolton, cf. Bercheilli 2003: 59–ss.

modo como Leibniz se posiciona frente às teses lockianas expostas nos capítulos 4 e 8 do Livro 2 do *Ensaio*, antes de reexaminar diretamente sua crítica à resposta de Locke no capítulo 9.

No diálogo final do capítulo 4 dos *Novos ensaios*, após formular uma série de divergências com relação à teoria lockiana sobre os corpos, Leibniz coloca na boca de Filaleto uma frase que não se encontra no *Ensaio* de Locke: “[...] parece-me que ides muito longe não reconhecendo duas extensões, e que vos aproximais dos cartesianos, que não distinguem o espaço da matéria”.²⁹

A resposta de Teófilo a essa acusação de “cartesianismo” é feita através de uma concordância parcial com as teses lockianas: por um lado, tal como Filaleto, ele distingue extensão e matéria, contra a opinião dos cartesianos; por outro lado, ele nega que essa distinção implique que haja “duas extensões”, uma pertencente ao espaço puro e outra aos corpos sólidos. A razão que fundamenta essa negação é dada em um trecho um pouco anterior a esse, no mesmo capítulo 4, no qual Teófilo enuncia a tese de que a solidez se distingue do espaço como o concreto do abstrato, sem que isso introduza uma diferença numérica nas entidades envolvidas.

No entanto, as divergências entre Leibniz e Locke que acabamos de expor são menos importantes do que sua concordância em um ponto fundamental, a saber: a distinção entre as ideias de espaço e de corpo. Se é verdade que, para Locke, a ideia de solidez é dada exclusivamente pelo tato, e não pela “razão pura” ou pela visão, isso implica apenas que, ao utilizar a expressão “duas extensões”, tudo o que ele quer enfatizar é que a representação do espaço puro é qualitativamente diferente da representação dos corpos sólidos que ocupam esse espaço, ou seja, que, contra Descartes, essas duas representações não podem ser reduzidas a uma mesma ideia, distinção esta com a qual Leibniz concorda. Que essas duas ideias tenham conteúdos diferentes é provado, segundo Locke, pelo fato de que a ideia de espaço é um conteúdo comum ao tato e à visão, enquanto que a ideia de corpo sólido é derivada exclusivamente do tato. Ainda que Leibniz discorde deste último ponto, uma vez que para ele esses conceitos têm uma origem intelectual, o que importa reter neste momento é uma certa prioridade do tato na formação do conceito de corpo, prioridade essa reconhecida por ambos os filósofos ao menos no nível da aquisição sensível desse conceito. Isso fica patente justamente em um trecho anterior do mesmo capítulo 4 do Livro 2 dos *Novos ensaios*, no qual Leibniz, em uma primeira leitura, parece estabelecer uma equivalência entre as duas modalidades sensíveis (de fato, ele afirma aí que “os olhos ajudam bastante, vindo

29 NE, 2.4. Sobre a posição de Descartes, cf. *Princípios da filosofia*, II.4.

em auxílio do tato³⁰), mas no qual, ao contrário, afirma (o que se torna claro a uma leitura mais atenta, a ser estabelecida adiante pelo exame do capítulo 9) que a visão tem um papel secundário, limitando-se a auxiliar o tato na discriminação de objetos tridimensionais.

Antes disso, ainda no capítulo 8, e ao contrário do que ocorreu no capítulo 4, a distinção entre os dois filósofos é mais importante do que sua eventual concordância em detalhes. Contra a tese lockiana de que as ideias de qualidades secundárias não são semelhantes a suas causas, Leibniz introduz sua famosa teoria segundo a qual há um tipo de semelhança que não é figurativa, mas expressiva, de modo que, em um certo sentido, as ideias de qualidades secundárias, tanto quanto as das primárias, representam adequadamente suas causas – se não para nós, mentes finitas, ao menos em princípio, para uma mente infinita. De modo subjacente a essa tese, encontra-se uma subversão muito maior da distinção lockiana entre qualidades primárias e secundárias. De fato, embora não enunciada claramente nesse momento, a tese fundamental aqui é a de que não há uma distinção absoluta, mas apenas de graus de clareza e distinção, entre as ideias de qualidades primárias e secundárias. Dessa tese são derivadas, como veremos a seguir, duas conseqüências centrais para a compreensão da resposta de Leibniz ao problema de Molyneux: em primeiro lugar, que as qualidades primárias, tanto quanto as secundárias, são apenas aparências ou fenômenos, e não propriedades das coisas em si mesmas, e em segundo lugar que, por isso mesmo, o realismo de Locke relativamente às qualidades primárias é falso: não existem, segundo Leibniz, qualidades corporais independentes da mente.

Podemos agora interpretar a resposta de Leibniz ao problema de Molyneux no capítulo 9. Leibniz concorda com a tese central defendida por Locke através do experimento mental de Molyneux, a saber: que as ideias da sensação são frequentemente alteradas pelo juízo das pessoas adultas sem que elas os percebam. Diz Leibniz: “Não há nada de tão verdadeiro, e é isso que permite a pintura nos enganar pelo artifício da perspectiva”.³¹ E Leibniz concorda não só que haja tal fenômeno, mas também que a explicação geral de sua natureza dada por Locke seja correta; de fato, a tese lockiana enunciada por Filaeto na frase imediatamente anterior à formulação do problema de Molyneux é a de que “porque estamos acostumados

30 NE, 2.4.1. Nesse trecho, Leibniz afirma que a ideia de solidez é dada pela razão pura, a função dos sentidos sendo apenas a de informar que ela se encontra na natureza – ou seja, o conceito de corpo sólido é individuado independentemente dos meios sensíveis pelos quais é obtido. Apesar disso, como veremos adiante, as informações táteis terão, para Leibniz, prioridades sobre as visuais nos raciocínios sobre os corpos feitos a partir das ideias sensíveis.

31 NE, 2.9.8.

a discriminar as imagens dos corpos e as mudanças das reflexões da luz segundo as figuras de suas superfícies, colocamos, no lugar do que nos aparece, a própria causa da imagem e confundimos o juízo com a visão”.³²

Leibniz propõe apenas uma maior precisão na explicação lockiana dessa confusão natural entre percepção e juízo, partindo ainda da analogia com uma pintura que nos engana: “há um duplo erro em nossos juízos”, diz ele, “pois precisamente colocamos a causa no lugar do efeito e cremos ver imediatamente o que é a causa da imagem”.³³ Ou seja, após a inversão operada entre causa e efeito, tomamos o efeito como a manifestação da causa e, por isso mesmo, pensamos que temos dele um conhecimento imediato ou, em uma palavra, uma percepção. Mas em que consiste esta inversão entre causa e efeito? Ou, mais precisamente, quais são a causa e o efeito em questão? Veremos que, embora ambos os filósofos concordem sobre a natureza do *efeito*, concordância esta que explicará também a concordância parcial de Leibniz com a resposta de Locke, é a diferença na identificação da *causa* que será a explicação para as respostas contrárias de Locke e de Leibniz.

Começemos pela natureza do efeito. Se abandonarmos o vocabulário do erro, sugerido pela ilusão das pinturas em perspectiva, e nos concentrarmos no que importa nesse trecho, a saber, a percepção real de corpos sólidos através da interpretação dos objetos próprios da visão (luz e cor) operada pelo entendimento, poderemos confirmar que, para Locke, o problema de Molyneux dizia respeito não à percepção do espaço, mas antes à interpretação das qualidades secundárias dadas pela visão como fornecendo informações relevantes para discriminar sua causa, a saber, a qualidade primária da figura sólida dos corpos; diz Locke no seu comentário final ao problema de Molyneux:

Mas isso não é, eu creio, habitual em quaisquer de nossas ideias, a não ser aquelas recebidas pela visão. Porque a visão, sendo o mais abrangente de nossos sentidos, fornecendo a nossas mentes as ideias de luz e cores, que são peculiares apenas a esse sentido, e também as ideias muito diferentes de espaço, figura e movimento, cujas diversas variedades mudam as aparências de seu objeto próprio, *viz.* luz e cores, nós nos levamos pelo hábito a julgar uma pela outra.³⁴

32 Traduzo o texto dos *Novos ensaios*, 2.9.8, e não o trecho correspondente do *Ensaio*. A paráfrase desse trecho proposta por Leibniz aproxima-se mais da tradução francesa do *Ensaio* (de autoria de Coste), publicada pela primeira vez em 1700, e que foi o texto lido por Leibniz na composição dos *Novos ensaios*, do que do texto inglês de Locke. Para a tradução de Coste, cf. Locke (1998: 99).

33 *NE*, 2.9.8.

34 *Essay*, 2.9.9.

Ora, Leibniz concorda com Locke quanto à natureza do efeito: trata-se de uma imagem bidimensional do cubo e da esfera, a qual é interpretada por um juízo implícito como se fosse a percepção direta de figuras sólidas. Como vimos anteriormente, a condição que Leibniz enuncia para sua resposta afirmativa é a de que seja suposto “que o cego saiba que essas duas figuras que ele vê são as do cubo e da esfera”;³⁵ negar essa condição equivale a retirar do cego que adquiriu a visão a informação de que aquela é uma representação de corpos sólidos, informação essa que, segundo Leibniz, pode ser dada ou bem pelo tato ou bem pelo raciocínio sobre a visão (“[...] até que o tato o tenha convencido disso, ou que, à força de raciocinar sobre os raios segundo a ótica [...]”³⁶). Deixemos por ora de lado o raciocínio operado exclusivamente sobre a visão; o que importa é notar que, na tese de que o tato é uma fonte direta de percepção da solidez, enquanto que a visão é uma sua fonte indireta, tal como sugerido por essa frase, Leibniz concorda com Locke e Molyneux (“Talvez o senhor Molyneux e o autor do *Ensaio* não estejam tão distantes de minha opinião quanto parece inicialmente”³⁷). Mais adiante, veremos que sua concordância com Locke vai mais além do que o reconhecimento de que os dados da visão, quando não interpretados, discriminam apenas figuras bidimensionais; a concordância se estenderá ao caráter indispensável da experiência para fundamentar os raciocínios operados exclusivamente sobre a visão, sem sua correlação com o tato, e, em um movimento ainda mais radical, até mesmo ao caráter primitivo do tato como fundamento último do conceito de corpo, ao menos quando este é derivado dos raciocínios que, usando ideias da razão pura para interpretar os dados sensíveis, reconhece, nas ideias visuais, formas dadas ao intelecto puro (tal como a ideia de solidez).

Mas, antes de nos determos nessas teses concordantes, é preciso estabelecer claramente a diferença entre Locke e Leibniz no que diz respeito a alguns pontos fundamentais, pois, sem realizar essa tarefa prévia, o que é acordo parcial pode passar indevidamente a ser retratado como identidade de opiniões. Assim, quando examinamos, nesse mesmo trecho citado, qual é, para Leibniz, a natureza da causa e o modo de sua operação, a divergência com Locke torna-se manifesta. Como vimos, as causas das cores dos corpos são, para Locke, em última análise, suas qualidades primárias,³⁸ e a causa da variação das cores e luz nos corpos é, entre

35 NE, 2.9.8.

36 *Ibid.*

37 *Ibid.*

38 Como vimos acima, ainda que as cores sejam qualidades secundárias, estas últimas são explicadas pela estrutura microscópica dos corpos, expressa em termos de qualidades primárias (cf. *Essay*, 2.8.13-14).

outras, a variação da qualidade primária da profundidade (ou seja, das figuras tridimensionais); vimos também que, nesse ponto, a teoria da percepção de Leibniz aproxima-se mais das teses aristotélicas e medievais, segundo as quais a causa da percepção sensível é um objeto que contém em si as qualidades secundárias representadas pelas ideias que causam. É verdade que Leibniz aproxima-se igualmente do mecanicismo moderno – em uma espécie de solução de compromisso – ao especificar o significado preciso em que usa o termo “representação” através de sua teoria da expressão: qualidades como cores são percepções confusas, cujo objeto é um conjunto de infinitas pequenas percepções insensíveis que não podem ser representadas clara e distintamente. Mas a diferença que nos interessa aqui é aquela que separa Leibniz tanto de Locke quanto dos aristotélicos, a saber: a causa da variação nas percepções de cores é, para Leibniz, não uma coisa existente em si mesma fora da mente, mas sim algo interno ao campo fenomenal, ou seja, é algo que só tem realidade nesse domínio. Há, é claro, princípios não-fenomenais que explicam e fundamentam a causalidade fenomenal, a saber, as ações das mônadas e de Deus; particularmente as primeiras são, para Leibniz, condições necessárias envolvidas na explicação física dos movimentos corporais. No entanto, porque os corpos são apenas fenômenos, a causalidade entre eles também é, metafisicamente falando, apenas fenomenal. Nesse sentido, a causa da variação da percepção das cores não é uma realidade existente em si mesma fora da mente; suas causas são, antes, *outros fenômenos* – no caso em questão, a experiência tátil do cubo e da esfera.

Dessa diferença sobre a natureza das causas da variação das imagens segue-se a explicação para as respostas contrárias dadas por Locke e Leibniz para o problema de Molyneux. De fato, a resposta negativa de Locke supõe que haja uma realidade extra-mental, tridimensional, representada diretamente pela solidez no tato e indiretamente pela variação das cores na visão; ora, não há relações necessárias entre qualidades primárias e secundárias; logo, o único fundamento possível dos juízos sobre a profundidade visual é o hábito obtido através da associação constante das informações visuais e táteis – mas é nisso que consiste, precisamente, a resposta negativa para o problema de Molyneux. Vemos, assim, que a resposta de Locke está baseada em sua adesão a teses realistas relativamente à existência e ao papel causal dos corpos: uma vez que a distribuição das cores sobre a base física e sua relação representativa com os corpos é inteiramente contingente, não é possível reconhecer corpos através da visão; ao contrário, é sempre possível supor que, para cada qualidade secundária dada através da visão, corresponda uma realidade extra-mental inteiramente diferente da que supusermos existir.

Para Leibniz, ao contrário, e justamente devido a sua adesão a um idealismo fenomenalista, o qual nega que haja uma realidade corporal independente de nossas percepções, todas as inferências feitas a partir da experiência encontram seu fundamento último na coerência que elas preservam no fluxo de percepções. Leibniz não defende explicitamente sua adesão ao idealismo nos *Novos ensaios*, mas ela transparece em diversos momentos do texto, desde o “Prefácio” até o Livro 4. Neste último, por exemplo, em seu capítulo 11, notamos que a negação de uma influência real de corpos externos sobre a mente na produção das ideias sensíveis é pressuposta implicitamente por uma outra tese negativa aí defendida explicitamente, a saber: que as experiências sensíveis são tomadas como representações da realidade, não na medida em que examinamos cada percepção isoladamente (nesse caso, não haveria como distinguir a vigília do sonho), mas apenas quando tomamos as experiências em suas conexões ao longo de um tempo suficientemente longo: “a verdade das coisas sensíveis – diz Leibniz – justifica-se por sua ligação, a qual depende das verdades intelectuais, fundadas na razão, e das observações constantes das próprias coisas sensíveis, ainda quando as razões não se manifestem”.³⁹ Nesse capítulo 11 do Livro 4, de fato, Leibniz estende a certeza da sensação para além do que propõe Locke,⁴⁰ incluindo não apenas as conexões de sensações atuais, mas também eventos passados, cuja suposição de existência torna o conjunto da experiência mais coerente, além de supor também a validade de leis gerais regulando os fenômenos. Ainda que o conhecimento baseado nas sensações não seja passível de uma certeza absoluta, metafísica ou matemática, tal conhecimento é dotado de uma certeza prática ou moral que é tudo o que podemos esperar nesse domínio. Se aceitarmos a tese leibniziana segundo a qual não é possível haver outro tipo mais elevado de certeza sensível do que esse, teremos, com os raciocínios que têm por objeto o fluxo temporal de informações visuais sobre o cubo e a esfera, alcançado toda a certeza possível acerca delas.

Sendo assim, o cego que recém adquiriu a visão pode, através de uma experiência refletida, discriminar visualmente o cubo da esfera, especialmente quando uma série de experiências visuais são conectadas temporalmente e interpretadas como representando a continuidade de um mesmo fenômeno. Dessa forma, a eventual visão do cubo e da esfera rolando em um plano inclinado, com seus movimentos característicos e com as sucessivas transformações de luz e sombra simultâneas a esses movimentos, teria como consequência a interpretação das informações

39 NE, 4.11.9.

40 Cf. *ibid.*

de luz e cor como sendo informações sobre a profundidade, que seriam assim espontaneamente associadas aos conceitos já formados pelo tato. Contra a possível objeção de um lockiano, segundo o qual seria sempre possível supor uma discrepância entre nossa interpretação dos fenômenos, preservada sua coerência interna, e a realidade em si mesma das coisas, Leibniz poderia retrucar que não há corpos existentes de forma independente das percepções e que, portanto, o único critério da verdade das sensações é a coerência dos fenômenos – a ilusão e os sonhos sendo caracterizados, nesse contexto, como experiências que não se adequam à maior parte do resto de nossas experiências. Dessa forma, a verdade sensível é fruto de uma espécie de atividade narrativa, na qual são utilizadas observações empíricas, generalizações indutivas e princípios do entendimento puro. Isso não significa que, nessa história coerente produzida pela mente, seja possível – se quisermos preservar o vocabulário das “qualidades” de Locke – estabelecer relações dedutivas entre as qualidades secundárias dos objetos (por exemplo, variações de sua cor) e suas qualidades primárias (por exemplo, sua tridimensionalidade): os caminhos narrativos são menos nítidos e mais fluidos do que os de uma dedução lógica (embora a própria idéia de solidez seja dada por uma apreensão clara e distinta do intelecto puro). Ainda assim, Leibniz sustenta que há uma só narrativa coerente do mundo sensível, mesmo que ela seja passível de revisão e aperfeiçoamento constantes na adequação dos fenômenos internos à mente de cada sujeito e no acordo intersubjetivo das diversas narrativas sobre os fatos produzidas pelos homens. De fato, a tese de que a experiência visual nos permitiria identificar corpos sólidos não significa que seja *logicamente necessário* concluir, dadas tais experiências, que estamos diante de objetos tridimensionais, mas apenas que essa é a *melhor explicação disponível* para o fenômeno observado.

Dada a compreensão da divergência entre os dois filósofos, podemos voltar a sua concordância parcial, anunciada por Leibniz desde o início de sua resposta. Se o critério da verdade do sensível é dado unicamente pela coerência de um sistema de percepções, devidamente interpretadas por juízos racionais, notamos que, uma vez que não se trata de verdades lógicas, é indispensável que tais raciocínios organizem uma experiência sensível previamente dada – ou seja, notamos a indispensabilidade da experiência sensível na formação de nossa ideia de corpo, tal como propunha Locke. Tampouco o apelo leibniziano às máximas do entendimento, funcionando como “organizadoras” da experiência, marca uma discrepância radical com relação à teoria lockiana, ao menos não no ponto que nos interessa aqui. Para entender esse ponto, notemos que Leibniz volta a mencionar o nome de Molyneux mais uma vez em seus *Novos ensaios*, no Livro 4, capítulo 7, parágrafo 15, em um contexto que não tem aparentemente nenhuma relação

com a questão sobre a percepção da profundidade, mas que revela, a uma leitura atenta, uma tese central para o esclarecimento desta última. Trata-se aí de criticar a tese de Locke segundo a qual as máximas ou axiomas oriundos do raciocínio puro têm uma aplicação meramente verbal, não sendo úteis para o conhecimento da realidade. Contra essa tese de Locke, Leibniz cita elogiosamente Molyneux (em sua *Dioptrica nova*) para mostrar como máximas do entendimento podem ser aplicadas a uma teoria geral da luz. Ora, a resposta final de Leibniz para o problema de Molyneux, no Livro 2, consiste justamente em chamar a atenção para as ideias do intelecto puro pressupostas na caracterização dos objetos físicos em todas as modalidades sensíveis, e particularmente na visão, que é o sentido que percebe a luz. Abstração feita do caráter *a priori* ou adquirido dessas máximas, a tese de que o entendimento, através de raciocínios e dos juízos que os expressam, complementa a percepção direta dos objetos e forma um conjunto de crenças implícitas em nossa apreensão sensível do mundo é precisamente, como vimos, a tese que Locke pretendia ilustrar com o problema de Molyneux – ainda que a compreensão de “máximas do entendimento” seja distinguida por Locke desses juízos implícitos, enquanto Leibniz os assimila.

Finalmente, podemos identificar na resposta afirmativa de Leibniz um outro traço comum com a resposta negativa de Locke, a saber, seu reconhecimento da prioridade do tato na formação da ideia de corpo. No trecho citado, recordemos que Leibniz afirma, do homem que adquiriu a visão, que ele não pensaria que

[...] essas espécies de pinturas que ele faz no fundo de seus olhos, e que poderiam vir de uma pintura plana sobre a mesa, representam corpos, até que o tato tenha conhecido disso, ou que, à força de raciocinar sobre os raios segundo a ótica, ele tenha compreendido pelas luzes e sombras que há uma coisa que detém esses raios, e que ela deve ser justamente o que impede o tato.⁴¹

À primeira vista, essa formulação não concede nenhuma prioridade ao tato, uma vez que este último aparece apenas como uma das duas alternativas disponíveis para percebermos visualmente a profundidade. Entretanto, devemos notar que Leibniz admite aí que os dados imediatos da visão são figuras e cores representadas bidimensionalmente, e que o raciocínio sobre “os raios segundo a ótica” tem como conclusão uma recondução dos dados visuais aos dados táteis (a coisa colorida “deve ser justamente o que impede o tato”). Ou seja, mesmo a segunda alternativa não prescinde da informação tátil, ao contrário do que pa-

41 NE, 2.9.8.

recia à primeira vista: é o tato que serve de critério último para os juízos visuais acerca da profundidade. Que não se trata de alternativas disjuntas, mas de uma conjunção do raciocínio e do tato, fica claro na formulação inicial que Leibniz dá de sua resposta, algumas linhas antes; diz ele aí, a propósito da visão do cubo e da esfera: “[...] parece-me indubitável que o cego que acabou de deixar de sê-lo os pode discernir pelos princípios da razão, unidos ao que o tato lhe forneceu antes de conhecimento sensível”. Sem o conhecimento prévio fornecido pelo tato, os raciocínios do entendimento não poderiam, a partir de uma base puramente visual, formar o conceito de corpo. É por isso que a causa última da variação de cores nos objetos é a experiência tátil que temos deles, e não uma propriedade existente de forma independente da mente. É verdade que a solidez é, propriamente falando, uma ideia do entendimento puro, e que é a partir dessa ideia puramente racional que as ideias sensíveis devem ser compreendidas – mas, quando a razão se dedica a reconhecer, no domínio sensível,⁴² as ideias do intelecto puro, o tato se mostra como mais fundamental do que a visão no estabelecimento do conceito de corpo.

Essa interpretação da resposta afirmativa de Leibniz para o problema de Molyneux nos permite, creio, refutar as três críticas a sua resposta elencadas no início de nosso texto. O princípio geral dessa refutação é dado pela tese de que a resposta afirmativa de Leibniz depende da compreensão do que é para ele um “bom argumento” relativamente às verdades sensíveis, a saber: a elaboração de hipóteses que harmonizem os dados sensíveis sem conectá-los por implicações lógicas. No que diz respeito à primeira crítica, segundo a qual a resposta de Leibniz era inexata, já que ele afirmava que sua posição não era tão diferente da de Locke e Molyneux quanto poderia inicialmente parecer, vimos que há muitos pontos de contato entre ambas, e que as divergências se explicam, em última análise, apenas sobre um pano de fundo epistemológico-metafísico mais amplo, relativo à interpretação realista ou idealista da nossa compreensão acerca da natureza dos corpos. Quanto à segunda crítica, a de que a resposta de Leibniz conteria uma petição de princípio, vimos também que a condição enunciada por ele no

42 O capítulo 11 do Livro 4 dedica-se sobretudo à determinação do grau de certeza que pode ser atribuído a nosso conhecimento da *existência* das coisas exteriores à mente, mas ele compreende também considerações sobre o conhecimento das *propriedades* dessas coisas – por exemplo, em 4.11.1-10, Leibniz afirma que as “razões e observações” nos dão o meio de “julgar o futuro com relação a nosso interesse”, e que o sucesso dessas previsões é a garantia da certeza dos juízos que as expressam. No final desse capítulo, Leibniz propõe uma classificação tripla das proposições sobre o mundo: as proposições de fato, de razão e as mistas; estas últimas ilustram precisamente o caso que examinamos acima, no qual juízos sobre as propriedades sensíveis a partir de ideias racionais nos permitem concluir algo sobre a natureza das coisas vistas e sentidas pelo tato.

início de seu argumento pretende indicar apenas os termos em que as respostas afirmativa e negativa coincidem, e não uma espécie de limitação interna de sua resposta afirmativa, derivada da suposição indevida da conclusão em uma de suas premissas. Deixarei de lado aqui a última crítica, segundo a qual não “vemos” de fato os oito ângulos de um cubo; talvez (mas aqui se trata de uma mera suposição) ela indique que só “vemos” propriamente um cubo quando uma experiência refletida percorre o fluxo temporal no qual os fenômenos se modificam e são integrados por hipóteses racionais (assim, eu devo *ver* o cubo de várias perspectivas, percorrendo as sensações que o representam como pertencendo a um só e mesmo objeto material, de tal modo que integro a visão de seus oito ângulos na percepção de uma única coisa extensa).

A resposta afirmativa de Leibniz para o problema de Molyneux ganha inteligibilidade se for compreendida sobre o pano de fundo de sua teoria idealista acerca da natureza dos corpos, bem como das implicações epistemológicas de tal teoria metafísica. Entretanto, poder-se-ia suspeitar que o confronto do realismo moderado de Locke com o idealismo fenomenalista de Leibniz não é uma condição suficiente para explicar as respostas contrárias dos dois filósofos, principalmente quando nos recordamos que Berkeley, que defendia teses sobre a natureza dos corpos que eram tão ou mais idealistas do que as de Leibniz, dá uma resposta negativa para o problema de Molyneux bem mais radical do que a do próprio Locke, chegando mesmo a afirmar que o espaço visual não é o mesmo que o espaço tátil. Creio que um estudo sobre as diferentes maneiras como Berkeley e Leibniz entendiam a individuação de conceitos explicaria suas respostas contrárias. De qualquer forma, basta, para que a contraposição entre Locke e Leibniz aqui proposta seja aceita, que o idealismo deste último seja entendido como uma condição necessária, ainda que não suficiente, de sua opção pela resposta afirmativa. Um estudo posterior talvez mostre que o idealismo de Berkeley rejeitaria *pelas mesmas razões* as respostas contrárias de Locke e de Leibniz, na medida em que mostrasse que um idealismo consequente deveria dar uma resposta negativa, mas não nos termos realistas lockianos, para o problema de Molyneux.

Referências bibliográficas

Berchielli, L. “Color, space, and figure in Locke: an interpretation of the Molyneux problem”. *Journal of the History of Philosophy*, 40 (1): 47-65, 2002.

Bolton, M.B. “The real Molyneux question”. In: G.A.J. Rogers (org.), *Locke’s philosophy: content and context*, pp. 75-99. Oxford: Clarendon Press, 1994.

Deleuze, G. *Le pli: Leibniz et le baroque*. Paris: Les Editions de Minuit, 1997.

Evans, G. “Molyneux’s question”. In: *Collected papers*, pp. 364-99. Oxford: Clarendon Press, 1985.

Descartes, R. *Principes de la philosophie*. In: *Oeuvres philosophiques*. Ed. F. Alquié. Paris: Garnier, 1988.

Hill, J. “Locke’s account of the cohesion and its philosophical significance”. *British Journal for the History of Philosophy*, 12 (4): 611-30, 2004.

Leibniz, G.W. [NE] *Nouveaux essais sur l’entendement humain*. Paris: Flammarion, 1990.

Locke, J. *The correspondence of John Locke*. Ed. E.S. de Beer. Oxford: Clarendon Press, 1976-1990.

———. *An essay concerning human understanding*. Ed. P.H. Nidditch. Oxford: Oxford University Press, 1979.

———. *Essai philosophique concernant l’entendement humain*. Tradução de M. Coste. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1998.

———. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução portuguesa coordenada por Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

Waxman, W. *Kant and the empiricists: understanding understanding*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2005.